

Vozes e resistências: o potencial das rodas de conversa na problemática do combate ao sexismo e assédio nas instituições de ensino

Rossana Cristiane Lopes Triano
Doutoranda em Educação – USF Itatiba
rossana.triano@mail.usf.edu.br

Prof.^a Dr.^a. Fabiana Rodrigues Sousa de Sante
Programa de Pós Graduação em Educação – USF Itatiba
fabiana.sante@usf.edu.br

Resumo: Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado em Educação que problematiza a violência de gênero e o assédio moral e sexual em uma instituição federal de ensino, a partir das experiências de técnicas administrativas em educação e docentes. Fundamenta-se na compreensão do machismo estrutural e busca, por meio de rodas de conversa inspiradas em Paulo Freire, promover conscientização e transformação social. O objetivo geral é compreender o potencial dessas rodas na problematização e enfrentamento dessas práticas, enquanto os específicos incluem criar espaços de escuta sensível, desvelar práticas sexistas e propor ações educativas baseadas na pedagogia crítica de Freire e na educação transgressora de bell hooks. A metodologia se ancora na pesquisa participativa e na Educação Popular, desenvolvendo rodas de diálogo horizontais inspiradas nos círculos de cultura freireanos. Espera-se como resultado a sensibilização das participantes, o fortalecimento de ações de denúncia e resistência, e a construção de um ambiente institucional mais justo e equitativo.

Palavras-chave: Assédio; Sexismo; Violência de gênero; Educação Popular.

1. Introdução

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento que intenciona problematizar a violência de gênero e o assédio moral e sexual no ambiente de uma instituição federal de ensino, a partir do olhar das técnicas administrativas em educação (T A Es) e das docentes vítimas dessas práticas. Traremos para o debate as situações vivenciadas por elas, no que se refere às situações de sexismo que sempre foram comuns às desigualdades de gênero, às situações de assédio e à violência de gênero. A pesquisa foi pensada em razão de um movimento criado por mulheres de uma instituição federal de ensino, decorrente de um ataque sexista proferido contra uma delas, em novembro de 2020, que resultou num posicionamento de enfrentamento.

Ao fazermos um levantamento bibliográfico na Base Nacional de Dissertações e Teses, com palavras-chaves – assédio, instituição de ensino e violência de gênero, encontramos um total de 12 pesquisas, sendo 9 dissertações, dentre elas a dissertação de mestrado desenvolvida por mim, autora deste trabalho, e 3 teses. Observamos que é um número baixo de pesquisas diante de uma vastidão de situações de constrangimento que podem ocorrer no âmbito das instituições de ensino e que a presente pesquisa irá tão somente contribuir para que, nós enquanto mulheres possamos nos fortalecer e impor na sociedade em que vivemos, pois entendemos que temos valor para fazer frente às desigualdades de gênero.

Blay e A velar (2019, p. 26) discorrem acerca da desigualdade de gênero na educação quando afirmam que:

A educação é a área em que as mulheres brasileiras apresentam as maiores conquistas nas últimas seis décadas. Elas reverteram um hiato de gênero (gender gap), situação que ocorre quando existem diferenças nos níveis de escolaridade entre homens e mulheres, sendo uma medida útil para evidenciar a desigualdade no acesso à escola entre os sexos.

No campus de um Instituto Federal, local dessa pesquisa, há 85 docentes, dos quais, apenas 20 são mulheres, ou seja, 23,52%. Elas estão em minoria e, mesmo sendo resilientes, não conseguem vencer a barreira do sexismo. Se não fosse essa reversão do hiato de gênero na área da educação, esses números seriam bem menores.

Louro (2008, p. 89) afirma que “a escola é atravessada pelos gêneros; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino” e esses mundos coexistem dentro das escolas.

A violência de gênero pode ser definida como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica. Sobre ela, Dias (2008, p. 11) afirma que:

A violência de gênero é um fenômeno predominantemente feminino no que toca à vítima e masculino no que se refere ao agressor. Este padrão perpetua-se nos vários domínios da vida social, designadamente no mercado de trabalho. Neste, são inúmeras as discriminações directas ou indirectas de que as mulheres são alvo.

A autora bell hooks (2020, p. 13) nos diz que o “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” e vai um pouco além, quando afirma que:

Para acabar com o patriarcado (outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado), precisamos deixar claro que todos nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas. (hooks, 2020, p. 13)

Essa afirmação da autora é muito pertinente, pois o sexismo está tão internalizado que encontramos muitas mulheres ressoando a ideologia machista sem sequer perceber.

O presente estudo permite contextualizar a prevalência e a gravidade da violência de gênero, além do assédio moral e sexual, no cenário social atual. Essas situações refletem desequilíbrios de poder, desigualdades estruturais e cultura de opressão presentes em inúmeras instituições, especialmente na família, no ambiente de trabalho, na escola e na sociedade como um todo. Discutir esses aspectos ajuda a compreender a necessidade de uma abordagem crítica que promova a conscientização, a transformação social, além de ações educativas que possam combater essas violências.

A violência de gênero, incluindo o assédio moral e sexual, configura-se como uma expressão de desigualdades históricas e estruturais presentes na sociedade patriarcal. Essas manifestações se refletem também no ambiente escolar e universitário, agravando a opressão de mulheres docentes e estudantes. Para compreender esse fenômeno, é fundamental recorrer a autores e autoras que discutem as relações de poder, a educação como ferramenta de transformação social e as estratégias de resistência contra o machismo estrutural. Assim, este referencial teórico se apoiará nos trabalhos de Paulo Freire, bell hooks e na perspectiva do materialismo histórico dialético e da Educação Popular, buscando fundamentar ações pedagógicas voltadas para a conscientização das mulheres acerca dos seus direitos e a promoção de um ambiente de respeito e equidade. Dessa forma, o estudo busca contribuir para a problematização dessas questões sob uma ótica que valorize a educação como ferramenta de resistência e emancipação social.

Esse projeto de pesquisa tem como pergunta norteadora:

Qual o potencial das denúncias e anúncios realizados nas rodas de conversa para a problematização de situações de violência de gênero e de assédio moral e/ou sexual, em um Instituto Federal de Ensino Superior?

Partimos do entendimento de que as rodas de conversa promovidas em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com intenção de problematizar e enfrentar situações de assédio moral e sexual podem desvelar denúncias e anúncios que desempenham papel central na construção de um ambiente mais consciente, solidário e transformador. Esses momentos de diálogo e de partilha de leitura do mundo representam

uma estratégia importante de resistência e de conscientização coletiva, permitindo a expressão de experiências muitas vezes silenciadas por medo, vergonha ou desconfiança.

Os relatos compartilhados nessas rodas de conversa frequentemente envolvem experiências de assédio sexual e moral vivenciadas pelas T A Es e docentes, com ênfase na compreensão das dinâmicas de poder, do machismo estrutural e do sexismo presentes na instituição. Tais relatos trazem à tona episódios específicos, bem como as dificuldades enfrentadas para realizar *denúncias* formais, revelando uma cultura de silêncio, receio de retaliações e desconfiança em seus canais institucionais. Essas manifestações reforçam a necessidade de criar espaços seguros de escuta, denúncia e proteção às vítimas, promovendo uma cultura de solidariedade e acolhimento.

Além disso, *anúncios* relativos à implementação de práticas pedagógicas de enfrentamento são frequentemente feitos nesses encontros. São divulgadas ações educativas, como oficinas, rodas de conversa, debates e campanhas de conscientização sobre gênero, direitos humanos e violência de gênero. Essas ações, fundamentadas nas contribuições de autores como Paulo Freire e bell hooks, visam promover a desconstrução do machismo estrutural e fortalecer a autonomia das docentes e discentes na denúncia e resistência frente às opressões.

2. O percurso metodológico da pesquisa participante

As pesquisas participantes latino-americanas, ancoradas nos princípios da Educação Popular (EP), enfatizam a importância do diálogo, da convivência metodológica e da solidariedade como formas de resistência às formas de opressão e colonialidade. Sousa e Vasconcelos (2022) enfatizam que a Educação Popular não é apenas uma metodologia, mas uma postura ética-política que promove o diálogo horizontal e a valorização dos saberes populares. Sousa e Vasconcelos (2022) reforçam que as pesquisas pautadas nos princípios da Educação Popular buscam a convivência metodológica baseada na solidariedade radical e na resistência, promovendo uma práxis descolonizadora.

Paludo (2015), por sua vez, destaca que as pesquisas participativas na América Latina estão fundamentadas na construção do conhecimento, na valorização das experiências dos sujeitos e na transformação social.

Além disso, ambos os textos reconhecem que essa perspectiva de pesquisa promove a emancipação dos sujeitos, posicionando-os como sujeitos ativos na produção de conhecimentos que reforçam suas identidades culturais e resistem às imposições do colonialismo intelectual. Sousa e Vasconcelos (2022) apontam que essas práticas dialogam

com as lutas pelo reconhecimento dos saberes e experiências do povo e que elas se contrapõem às pedagogias de dominação. Paludo (2015) reforça que a pesquisa participativa na América Latina é uma estratégia de resistência que visa a transformação social a partir do protagonismo dos próprios sujeitos envolvidos, fortalecendo suas capacidades de resistência contra as opressões culturais e econômicas.

A reflexão sobre as pesquisas participativas na Educação Popular, apoiada no diálogo, resistência e a busca por uma práxis descolonizadora, pode ser enriquecida com as ideias de bell hooks em seu livro *Ensinando a Transgredir*. Nele, hooks (2024) defende que a educação deve ser uma prática de libertação que promove a transformação social ao valorizar experiências de resistência e diálogo horizontal.

Em *Ensinando a Transgredir*, bell hooks (2024) nos ensina que para nos libertarmos de um ciclo de opressão, nós precisamos de um espaço que nos valide, que valide nossas experiências e que promova o diálogo como um ato de resistência. Além disso, hooks tem uma filosofia pedagógica centrada na educação como um ato de liberdade, paixão e resistência às estruturas de dominação.

As rodas de conversa inspiradas nos círculos de cultura propostos por Paulo Freire se configuram como espaços dialógicos onde todos os participantes podem se perceber e se assumir como protagonistas e sujeitos de conhecimento. Esses espaços devem valorizar as experiências de vida, saberes populares e conhecimentos tradicionais dos sujeitos, reconhecendo-os como fontes legítimas de aprendizado e resistência frente às opressões culturais e econômicas, conforme destacado por Paludo (2015).

Para o desenvolvimento da pesquisa, propomos que sejam realizadas rodas de conversa, fundamentadas nas contribuições de Paulo Freire e bell hooks, a fim de desvelar e compreender as situações de sexismo e assédio moral e/ou sexual.

Da mesma forma, bell hooks influenciada por Paulo Freire, também defende o diálogo como ferramenta central na educação crítica, especialmente nas salas de aula e espaços coletivos de aprendizagem. Ela nos faz perceber que o ato de falar e escutar deve ser mútuo e respeitoso, pois o diálogo é a base do ensino que liberta (hooks, 2024).

Nessas rodas de conversa abordaremos o que é e como é sentido o assédio, almejamos problematizar os tipos de assédio que ocorrem na instituição, o que tem incomodado as docentes nesse espaço de trabalho, além de identificar quais os problemas que elas enfrentam e vivenciam.

Entendemos que a construção de estratégias deve ser coletiva, mas pensamos em algumas, como por exemplo: educação formativa contínua; criação de canais de escuta e denúncia; formação de redes de apoio; políticas institucionais com perspectiva de gênero.

Ao realizarmos essa pesquisa, abordaremos o que Paulo Freire aponta sobre os seres humanos, que “não são seres que apenas existem no mundo mas que estão em plena relação com este mundo, e dessa forma são capazes de tomarem consciência de si e do mundo”. (Freire, 1982, p. 65).

Como em nossa pesquisa tratamos com seres humanos, uma das formas de entender como pensam, é através de rodas de conversa, que serão gravadas, e posteriormente transcritas, para que possamos identificar os eixos temáticos a serem estudados. Sobre isso, Moura e Lima, explicam que:

A Roda de Conversa é, dentro da pesquisa narrativa, uma forma de coleta de dados em que o[a] pesquisador[a] se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão. É, na verdade, um instrumento que permite a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares, mediante diálogos internos, e, ainda, no silêncio observador e reflexivo. (Moura; Lima, 2014, p. 25)

Pensamos na metodologia pesquisa-ação, e entendemos que Paulo Freire não usa diretamente esse termo, mas seus princípios de educação dialógica, problematizadora e transformadora estão alinhados com essa metodologia dialógica e participante. Sobre a realidade a ser transformada, ela incide de maneira crítica. Esta, por sua vez, implica a transformação do mundo” (Freire, 1987, p. 128).

3. Resultados esperados

Como resultados esperados, essa pesquisa pretende problematizar como o assédio, a violência de gênero e o sexismo, ocorrem dentro de uma instituição de ensino; buscará analisar nas rodas de conversa, como isso é sentido e compreendido pelas docentes e como lutar contra isso, pois nos posicionarmos, criticamente, é importante para um processo de libertação e cura, como nos ensinam Freire e hooks.

Esperamos com as rodas de conversa e com os diários de campo, além do registro do caminho da pesquisa, proporcionar um espaço de fala e cura, em que as palavras possam ser ditas sem serem julgadas, trazendo assim, para a discussão a construção de um plano de ação com ideias e atitudes voltada a minimizar as situações de assédio dentro da instituição.

Educar para a equidade de gênero implica criar condições para que o debate sobre machismo estrutural seja incorporado nas práticas pedagógicas e nos espaços formativos, como parte de um projeto político de transformação social. Esperamos, portanto, que essa pesquisa possa somar a esse movimento de problematização com vistas a superar às desigualdades e violência de gênero.

4. Referências

BLAY, E. A.; AVELAR, L. 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Edusp, 2019.

DIAS, I. Violência contra as mulheres no trabalho. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 57, 2008, p.11-23. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n57/n57a02.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

FREIRE, P. *Ação cultural para liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2024.

HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 12. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*, v. 19, n. 02, p. 17-23, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf> . Acesso em: 22 out. 2024.

MOURA, A.B.E; LIMA, M. G. S. B. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v.5, n.15, p.24-35, 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/448/414>. Acesso em 21 nov. 2024.

PALUDO, C. Educação Popular como resistência e emancipação humana. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015723770>

SOUSA, F. R. de; VASCONCELOS, V. O. de. Paulo Freire e educação popular: práxis descolonizadoras em tempos neoconservadores. *Reflexão e Ação*, v. 30, n.1, p. 7-22, jan./mai. 2022. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v30i1.15894>